

## Só 34% dos servidores afirmam saber de planos para retorno seguro

Autorizados a voltar ao trabalho presencial, só 34% dos servidores afirmam conhecer os planos dos órgãos em que atuam para retornar de forma segura às atividades, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira pelo governo.

De acordo com o levantamento, a parcela de funcionários públicos que afirma não haver planos claros para a retomada segura das atividades é de 32,6%. Outros 33,5% afirmaram não saber da existência desses projetos.

O estudo foi realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com o Banco Mundial e o Ministério da Economia, e ouviu 42.793 servidores federais, estaduais e municipais em todas as unidades da federação. A amostra abrange 19 órgãos.

Na terça-feira, o governo autorizou o retorno ao trabalho pre-

sencial. A norma editada pelo Ministério da Economia estabelece regras como a limitação da presença de servidores em cada ambiente de trabalho a 50% da sua capacidade física. Além disso, deve ser mantido o distanciamento mínimo de um metro. Os critérios da volta às atividades serão definidos pela autoridade máxima de cada órgão.

### Para mais da metade, trabalho em turnos é melhor opção

De acordo com a pesquisa divulgada nesta quinta, apenas 4,8% dos entrevistados defendem o retorno de todos os funcionários ao mesmo tempo. A maioria (57,4%) defende a adoção de uma abordagem escalonada, por meio de turnos ou dias alternados.

“A pesquisa é um importante instrumento para a tomada de decisão no setor público e auxilia-

rá gestores no aperfeiçoamento dos planos de volta às atividades presenciais. Também serve de insumo para possíveis experimentos de trabalho remoto para além do contexto da pandemia”, enfatiza o presidente da Enap, Diogo Costa, em comunicado.

Segundo a sondagem, a principal preocupação dos trabalhadores, presente em 90% das respostas, é contrair a Covid-19 e infectar familiares. Também estão no radar questões como encontrar locais adequados para deixar as crianças (43%) e poucas opções de transporte para o trabalho (61%).

A expectativa da maioria dos entrevistados (65,5%) é que o retorno às repartições só ocorra de janeiro em diante. Só 6,4% relataram que o trabalho presencial já começou.

Fonte: Jornal Extra



### Confusão do governo Bolsonaro pode deixar trabalhador sem abono salarial

Governo federal implantou mudanças na metodologia de informação de dados das empresas sobre seus trabalhadores. Confusão pode deixar trabalhadores sem abono salarial.

Matéria completa em [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)

### “Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta sexta (13/11), o Secretário de Comunicação do Sindsep/MA, Marcos Ferreira (Trovão), na pauta o “Acordo Coletivo 2020/2021 da Ebserh”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

## SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN  
Jornalista - SINDSEP/MA  
DRT 785 MA



MARCOS FERREIRA (Trovão)  
Secretário de Comunicação  
do Sindsep/MA





## A pedido do PT e oposição, STF dá 48 horas para Anvisa explicar suspensão de vacina

A pedido do PT e outros partidos de oposição, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 48 horas, forneça explicações mais aprofundadas sobre o atual estágio de testes em que se encontra a Coronavac. Ele quer saber os critérios utilizados para proceder aos estudos e experimentos concernentes à vacina acima referida, bem como sobre o estágio de aprovação desta e demais vacinas contra a Covid-19.

O Brasil tem 162 mil mortos pela pandemia e mais de 5,6 milhões de pessoas infectadas. É o segundo país com o maior número de mortos, perdendo apenas para os Estados Unidos. Nesta terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro voltou a manifestar desprezo diante da crise sanitária. “Tudo agora é pandemia, tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer”, disse, em cerimônia no Palácio do Planalto. “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que dei-

xar de ser um país de maricas”.

A Anvisa anunciou na noite de segunda-feira, 9, a suspensão dos testes do Coronavac, realizados pelo Instituto Butantan e pelo laboratório chinês Sinovac. Hoje, o diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, afirmou que a decisão de suspender os testes da vacina foi técnica. Ele alega que as informações sobre um “evento adverso grave” com um dos pacientes enviadas pelo instituto eram incompletas e, de acordo com o protocolo da agência, a regra prevê determinar a paralisação imediata.

### Lesão à saúde pública

Na arguição de descumprimento de preceito fundamental apresentada ao STF, PT, PC do B, PSol, PSB e Cidadania, apontam o risco de lesão grave à saúde pública por conta da decisão da agência. E apontam que, em 20 de outubro, após reunião entre o ministro Eduardo Pazuelo, e os 27 governadores do Brasil, o Ministério da Saúde tornou pública a intenção de adquirir 46 milhões de doses da Coronavac. No dia seguinte, o presidente Jair Bolsonaro desautorizou Pazuelo.

Os partidos de oposição

lembram que, de acordo com o artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. “Não se trata, pois, de um simples programa de ação sujeito à decisão discricionária dos governos da República, ou seja, algo que esteja ao talante, à disposição do governante de turno, que não tem o poder para decidir se cumpre ou não o que nele se contém de mandamento”, alegam os cinco partidos.

A oposição espera que o STF impeça Bolsonaro e ministros, direta ou indiretamente, de adotar decisões estranhas e contrárias aos parâmetros e princípios constitucionais, em detrimento do interesse da coletividade e do dever do Estado em proporcionar atenção à saúde da população desta República.

A Coronavac é a vacina contra o Covid-19 desenvolvida pelo laboratório Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo. O governo de São Paulo anunciou que o primeiro lote de imunizante, contendo 120 mil doses, deve chegar ao estado em 20 de novembro.

Fonte: CUT